



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA INFRAESTRUTURA HÍDRICA
DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS AMBIENTAIS
Setor Bancário Norte – Quadra 02 lote 11 – Edifício Apex Brasil - 2º subsolo
70040-020 – BRASÍLIA – DF - Telefone: (61) 3414-5564

Ofício nº 061 /2013/CGPA/DPE/SIH/MI

Brasília, 08 de julho de 2013.

A Sua Senhoria o Senhor
EUGÊNIO PIO COSTA
Coordenador Geral de Transporte, Mineração e Obras Civas
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA – Bloco A
70818-900 - Brasília – DF

Assunto: Solicitação de Anuência de Alteração do Traçado do Sistema Adutor do PISF após o Emboque do Túnel Monteiro – Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Senhor Coordenador Geral,

Em atendimento a condicionante nº 1.2 da LI nº 925/2013, solicito a Vossa Senhoria anuência para a adoção da alternativa 5A que constitui a alteração no projeto, do trecho compreendido do emboque do Túnel Monteiro até o ponto final do sistema adutor do eixo Leste, bem com a retificação da autorização de supressão vegetal – ASV nº 622/11 já expedida para o referido trecho com base no projeto básico.

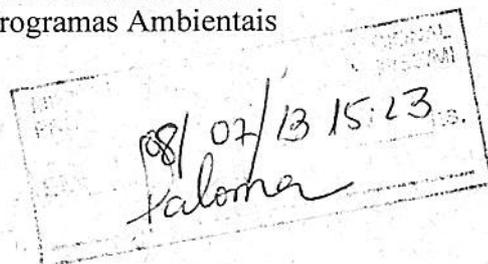
Para tanto, encaminho em anexo os seguintes documentos:

- NOTA TÉCNICA: 039/2013 /CGPA/DPE/SIH/MI
- Relatório do Projeto Executivo da Adutora Monteiro
- Traçado final alternativa 5A – Túnel Monteiro
- Nota Técnica: NT/PISF/CTD/002-13

Na oportunidade em que apresento meus cumprimentos, solicito celeridade na análise uma vez que este trecho compõe a Meta 3L em fase final de licitação.

Atenciosamente,

Odísio
ELIANEIVA DE QUEIROZ VIANA ODÍSIO
Coordenadora Geral de Programas Ambientais





**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA
DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS AMBIENTAIS**

NOTA TÉCNICA: 039/2013/CGPA /DPE/SIH/MI

ASSUNTO: Solicitação de anuência para alteração de projeto do trecho final do Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.

1. INTRODUÇÃO

A presente Nota Técnica trata da análise dos impactos socioambientais e econômicos decorrentes da alteração no projeto do Lote 12, trecho compreendido do emboque do Túnel Monteiro até o ponto final do sistema adutor do eixo Leste, no Riacho Mulungu, a jusante da cidade de Monteiro, próximo à ponte da rodovia BR-110.

2. ANTECEDENTES

A necessidade de estudar alternativas de traçado para o Eixo Leste, no trecho a partir do túnel Monteiro, foi detectada em visita técnica ao local, onde se verificou que haveria possibilidade de otimizar a concepção do trecho proposto no Projeto Básico, mantendo a finalidade de conduzir as águas do sistema adutor até o riacho Mulungu. Também foi verificada a possibilidade dessa otimização possibilitar a redução no cronograma físico das obras do Eixo Leste, especialmente devido à diminuição da extensão do túnel, uma vez que o avanço das obras do Lote 12 está diretamente atrelado ao ritmo de execução do túnel.

Foram elaborados estudos apresentando 6 alternativas para implantação do trecho do Túnel Monteiro.

Em 05/01/2010, o MI encaminhou o Ofício nº 02/2010/SECEX/MI para o IBAMA informando que a alternativa 6 havia sido escolhida pelo ministério. E ainda foi solicitada a anuência do órgão fiscalizador.

Em 11/06/2010, o IBAMA através do Ofício nº 356/2010/GP-IBAMA e do Parecer nº 44/2010/COMOC/CGTMO/DILIC-IBAMA, apresentou a análise dos técnicos sobre o estudo ambiental para avaliação de alternativas do sistema adutor após o emboque do túnel monteiro e a autorização da alteração do traçado do sistema adutor proposta pelo MI.

Em 01/12/2011 foi realizada a 17ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Sistema de Gestão do PISF, na qual os técnicos do MI apresentaram aos conselheiros a alternativa 6 aprovada pelo IBAMA. Os conselheiros, conforme ata apresentada no Anexo I, não se manifestaram favorável a esta alternativa em função do ponto de vista econômico, principalmente em relação ao aumento do custo de operação, manutenção e custo com energia elétrica da Estação de Bombeamento EBV-7.

Em 10/04/2012, o Senhor Secretário de Infraestrutura Hídrica determina que sejam aprofundados os estudos e atualizados os valores envolvidos a fim de subsidiar a escolha da opção mais vantajosa ao interesse público.

Diante destes fatos, propõe-se a adoção da alternativa 5A, que é composta por túnel, galeria, canal e adutora por gravidade em detrimento da alternativa 6 aprovada pelo IBAMA. Destaca-se que alternativa 5A, pode ser considerada uma otimização da alternativa 5 apresentada ao IBAMA por meio do Ofício nº 02/2010/SECEX/MI, no relatório 1240-REL-2001-00-00-012-R01 – Estudo Ambiental para Avaliação de Alternativas para o Traçado do Sistema Adutor após o Emboque do Túnel Monteiro.

3. MANIFESTAÇÃO TÉCNICA

Em estudo anterior das possíveis alternativas, realizado pelo consórcio gerenciador do PISF (Nota Técnica 1375-NTC-3400-00-00-011 R0), para o referido trecho foram apresentadas seis alternativas com os respectivos projetos básicos. Na ocasião, a alternativa 6 mostrou-se a mais viável. Esta conclusão foi devidamente justificada no relatório “1240-REL-2001-00-00-012-R01 – Estudo Ambiental para Avaliação de Alternativas para o Traçado do Sistema Adutor após o Emboque do Túnel Monteiro”, encaminhado por meio do Ofício nº 02/2010/SECEX/MI em 05/01/2010 (Protocolo nº 078/10), que mostra a alternativa 6 como a mais viável em termos ambientais. Essa alteração de projeto foi aprovada pelo IBAMA,

conforme Ofício 356/2010/GP-IBAMA e Parecer nº 44/2010/COMOC/CGTMO/DILIC-IBAMA. A alternativa 6 consiste, em resumo, de uma estação elevatória e respectiva adutora de 400m, túnel de 700m, canal de 10.270m e adutora por gravidade de 5.600m.

A seguir são apresentadas as características da alternativa 5A, em comparação com a alternativa 6 e os aspectos socioambientais relacionados.

3.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ALTERNATIVA 5A

A alternativa 5A inicia-se no emboque do Túnel Monteiro e termina no Riacho Mulungu, a jusante de cidade de Monteiro, próximo à ponte da rodovia BR-110, ponto final do sistema adutor do eixo Leste.

Na Tabela 01 são apresentadas algumas características dessa alternativa. No Anexo II é apresentado o mapa do traçado da alternativa 5A e a localização das estruturas, também é mostrado o traçado original do projeto básico. Observa-se que após o túnel o traçado do Eixo Leste se desenvolve paralelamente ao riacho Mulungu.

Tabela 01 – Comprimentos das estruturas da alternativa 5A.

Item	Código	Estrutura	Comprimento (km)
1	WBS 2410	Túnel	3.080
2	WBS 2227	Galeria	4.000
3	WBS 2227	Canal	4.400
4	WBS 2910	Adutora	4.000
Extensão total			15.480

3.2. COMPARAÇÃO ENTRE AS ALTERNATIVAS 5A E 6

A comparação das alternativas 5A e 6 contempla os aspectos físicos, ambientais e socioeconômicos e objetiva demonstrar que a alternativa 5A é mais vantajosa do ponto de vista econômico, ambiental e social.

3.2.1. ANÁLISE ASPECTOS FÍSICOS

Na Tabela 02 é apresentada uma comparação das alternativas 5A e 6. A alternativa 5A consiste basicamente na eliminação da estação de bombeamento, aumento do comprimento do túnel e substituição de parte do canal por galeria aterrada. Esse rearranjo ocasiona aumento do tamanho do túnel (700m para 3.080m) e consequente alteração de traçado, em relação à alternativa 6. Esta proposição não só reduz o comprimento total do trecho em 8,78% e os custos totais de implantação em 12%, como também reduz os custos de operação e manutenção com a eliminação da estação de bombeamento EBV-7.

Tabela 02 – Comparação das alternativas 5A e 6

Item	Obra	Alt. 5A (Km193+060 km208+360)	Alt. 6 (Km191+430 km208+400)
1	Túnel Monteiro	3.080m	700m
2	Estação de bombeamento (sítio da EB + Adutora)	-	400m
3	Galeria de concreto aterrada	4.000m	-
4	Canal de condução trapezoidal (1V:1,5H)	4.400m	10.270m
5	Adutora em concreto	4.000m	5.600m
	Extensão total (m)	15.480m	16.970m
	Custo (R\$)	165.887.223,89	188.586.816,15

A eliminação da estação de bombeamento também diminui os custos com desapropriação para instalação do sítio da estação, da construção de subestação elétrica e da linha de transmissão.

Considerando que para bombear os 18m³/s, vazão do trecho, a uma altura manométrica total de 19m, que corresponde a uma altura geométrica de 16m mais as perdas de carga do sistema de bombeamento, seria necessária uma potência instalada de aproximadamente 120kW. Os custos da energia elétrica e de outros itens relacionadas à estação de bombeamento EBV-7 são apresentados na Tabela 03.

Tabela 03 – Custos relacionados à estação de bombeamento EBV-7

Item	Custos (R\$)
Implantação da estação de bombeamento EBV-7	33.941.655,65
Implantação das subestações e linhas de transmissão	22.969.099,80
Custo anual com energia elétrica	433.301,45
Custo total com energia elétrica em 50 anos ¹	21.665.072,50
Manutenção anual da estação de bombeamento EBV-7 ²	409.099,22
Manutenção anual das subestações e linhas de transmissões ³	459.381,92
Custos totais de manutenção da estação de bombeamento, subestações e linhas de transmissão ³	8.686.815,18
Total	88.564.425,18

1- Considerando um período de cinquenta anos e uma taxa de juros anual de 10% e valores de referência de abril de 2013;

2- Valor considerado igual a 2% dos custos dos equipamentos;

3- Valor considerado igual a 2% dos custos dos equipamentos, considerando um período de cinquenta anos e uma taxa de juros anual de 10%;

Vale ressaltar que podem ocorrer oscilações nos preços da energia elétrica devido à variação da demanda/disponibilidade. Observa-se que a implantação da alternativa 5A, que não possui estação de bombeamento EBV-7, pode gerar uma economia de R\$ 88.564.425,18. Esse valor corresponde aproximadamente a 53% dos custos de implantação da alternativa 5A.

Com relação à utilização de galeria aterrada em substituição de parte do canal é possível minimizar impactos nos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. O canal escavado representaria uma barreira física à passagem do escoamento superficial e de pequenas drenagens, que podem ser significativas em épocas de chuva, mesmo com estruturas físicas para minimização dos impactos, tais como overchutes, pontes, travessias etc.

Com relação às águas subterrâneas, o canal escavado pode funcionar como um caminho preferencial por onde a água subterrânea pode ser drenada, causando assim, interferência no nível freático e interferências nos poços da região. Tal impacto pode ser minimizado com a construção da galeria aterrada em parte do trecho em canal WBS 2227, pois após o reaterro podem se restabelecer as condições próximas às naturais, de tal forma que os impactos nas águas subterrâneas se restringem predominantemente ao período de execução a obra.

Na implantação da galeria, verifica-se que o volume a ser escavado no trecho WBS 2227 é menor na alternativa proposta, conforme apresentado na Figura 01 para a seção da galeria proposta e na Figura 02 para de canal proposto para o mesmo trecho na alternativa 6.

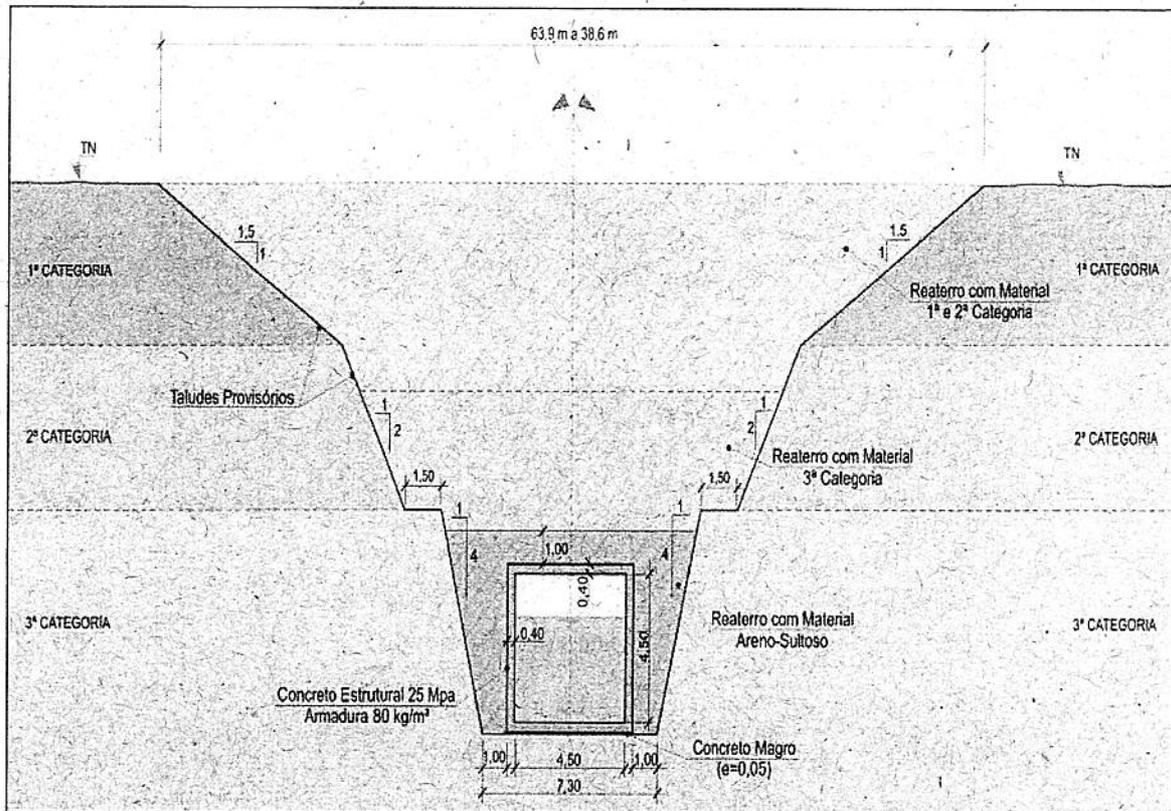


Figura 01 – Seção de galeria aterrada proposta para o trecho WBS 2227 na alternativa 5A.

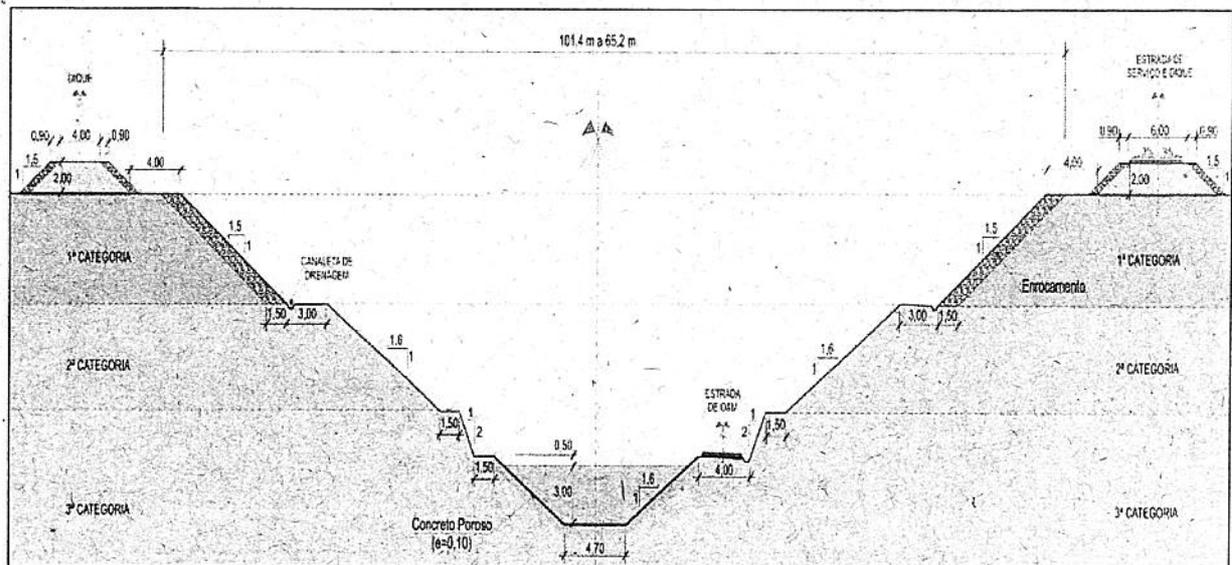


Figura 02 – Seção de canal proposta para o trecho WBS 2227 na alternativa 6.

Com a sobreposição das seções é possível observar a região que deixaria de ser escavada, conforme pode ser observado na Figura 03. Assim, são reduzidos os custos com

[Assinatura]

escavação, item significativo na composição geral de custos. Cabe ressaltar que essas figuras são apenas representativas, de tal forma que as dimensões não estão corretas.

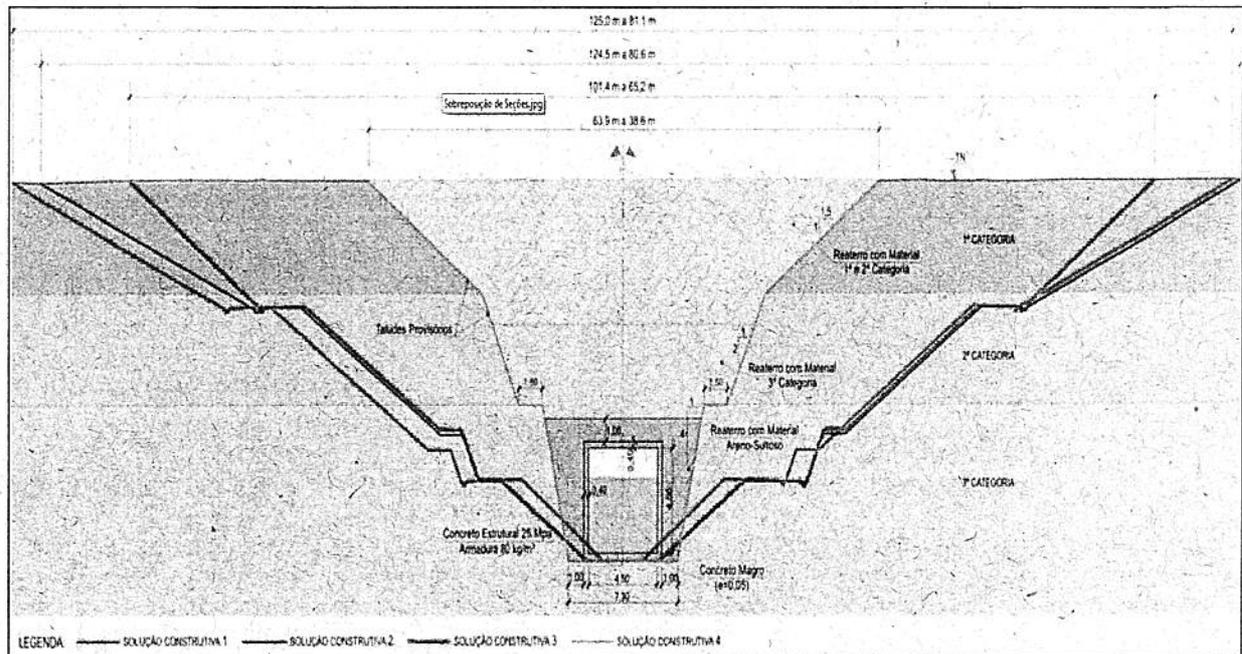


Figura 03 – Sobreposição das seções de canal e galeria reaterada.

Além gerar um menor volume escavado no trecho da galeria, o reaterro da galeria também gera menor volume de bota fora, que é reduzido em cerca 39% com a implantação da alternativa 5A, considerando um volume de bota fora de 1.915.608,93 m³ para alternativa 6 e 1.175.493,00 para alternativa 5A.

No Anexo III é apresentada a comparação do traçado das alternativas em análise. Observa-se que após o túnel, ambas seguem um traçado próximo ao riacho Mulungu e deságuam após a cidade de Monteiro no mesmo riacho, próximo a BR 110.

3.2.2. ANÁLISE AMBIENTAL

A partir da análise do mapa contendo a comparação Projeto Básico e Executivo das Alternativas 5A e 6 (Anexo III), verificou-se que a faixa de domínio foi reduzida em 20%, 253,32ha da alternativa 6 para 202,43ha para a alternativa 5A. Outra importante redução é observada na área a ser desapropriada, que passa de 223.87ha na alternativa 6 para 137,19ha na alternativa 5A, demonstrando uma redução de 39%. Também vale citar a redução da necessidade de área a ser suprimida em 28% com a implantação da alternativa 5A, conforme Tabela 4, a seguir.

Tabela 04 – Resumo das características sócio ambientais.

CARACTERÍSTICAS SOCIOAMBIENTAIS	ALTERNATIVA 6 (E9713 - E10417)	VARIAÇÃO ALTERNATIVA 6 (%)	ALTERNATIVA 5A (E9653 - E10428+05)	VARIAÇÃO ALTERNATIVA 5A (%)
Área de interferência - Faixa de domínio (ha)	253,32	100%	202,43	80%
Interferência em área de vegetação (ha)	25,91	100%	40,22	155%
Área aberta ou antropizada existente (ha)	217,97	100%	146,68	67%
Área com ASV (ha)	40,58	100%	49,52	122%
Necessidade de área a ser suprimida (ha)	212,75	100%	152,91	72%
Área a ser desapropriada (ha)	223,87	100%	137,19	61%

Agrega-se aos dados comparativos descritos anteriormente que os traçados das duas alternativas ocorrem em áreas muito próximas, apresentado uma fitossociologia similar.

Nas duas alternativas o sistema adutor passa por relevos com declividade suave e plana, assim como um curto trecho de transição entre uma pequena serra e áreas baixas, com paisagem formada por caatinga arbórea densa, relativamente bem conservada em vários trechos, arbustiva média e arbustiva rala.

Para implantação da alternativa 5A, prevê-se que os impactos advindos da supressão vegetal a ser realizada ao longo da faixa de interferência direta da obra para implantação de estradas de serviço, escavações, área de empréstimo, bota forá, infraestrutura de apoio às obras e formação de reservatórios serão inferiores aos impactos da alternativa 6, visto que a área de supressão vegetal necessária para alternativa proposta corresponde a cerca de 72% da área necessária à alternativa 6.

Conforme relatório da projetista (1240-REL-2001-00-00-012-R01) “fragmentos de mata ciliar do riacho Mulungu, um rio intermitente, com formações de Caatinga arbustiva, em diversos estágios sucessionais e vegetação rupestre em pontos isolados” foram detectados no ambiente da alternativa 5A. Contudo, na faixa de domínio ocorre predominância de áreas abertas ou antropizadas, estimadas em 72,5 ha, o que pode gerar impactos predominantes de caráter social, relacionados a desapropriações. Entretanto, estes impactos quando comparados com a alternativa 6 são inferiores (vide Tabela 4).

Em ambas as alternativas abordadas, a possível perda de biodiversidade e de espécimes de filhotes e animais adultos será minimizada de forma significativa por meio das ações de afugentamento, monitoramento e resgate da fauna e flora, que vem ocorrendo em todo o projeto, durante as ações de supressão vegetal. Com a finalidade de obter informações para subsidiar a ações de conservação, criou-se um banco de informações com os dados

coletados no inventário florístico, no resgate de germoplasma e no monitoramento da flora e fauna nas áreas diretamente afetadas pelo Projeto. Ressalta-se que, parte deste impacto já será mitigada a partir da instalação de cerca de arame ao longo de todo o canal, evitando, desta forma, o acesso de espécies de maior porte.

Com relação aos recursos hídricos, para as alternativas 6 e 5A, o principal corpo hídrico é o riacho Mulungu, afluente do rio Paraíba. Como a maioria dos cursos d'água das bacias hidrográficas do Nordeste brasileiro, o riacho Mulungu é intermitente. Portanto, o impacto sobre esse curso d'água restringe-se à alteração do seu regime hidrológico, que passará a contar com oferta de água permanente a partir do trecho situado a jusante da cidade de Monteiro.

3.2.3. ANÁLISE SOCIOECONÔMICA

No meio socioeconômico os principais impactos, para ambas alternativas, referem-se à desapropriação de terras, remoção de famílias e de edificações, interferências com infraestruturas e atividades agrícolas e econômicas. Edificações e benfeitorias também poderão ser inseridas na faixa de domínio a ser desapropriada. Destaca-se, que para alternativa 5A a área de desapropriação prevista corresponde a 61% da área prevista para a alternativa 6.

Vale ressaltar que com a implantação da galeria aterrada, prevista na 5A, a largura máxima de escavação seria de 64m, enquanto que para canal, previsto na alternativa 6, seria de 125m. Isso implica diretamente na redução da área a ser desapropriada e volume de bota fora.

A produção agrícola desenvolvidas nas pequenas e médias propriedades estabelecidas às margens do riacho Mulungu ocorre em decorrência da dinâmica das enchentes o que permite o aproveitamento dessas áreas com atividades agrícolas de subsistência. Entretanto, este impacto não pode ser considerando com objeto de comparação, uma vez que as duas alternativas têm desenvolvimento semelhantes na margem do riacho.

4. CONCLUSÃO

Demonstra-se sob os aspectos técnico, social e ambiental que a alternativa proposta 5A é viável. Conforme pode ser observado, a eliminação da estação de bombeamento, bem como a adoção de galeria aterrada em substituição de parte do canal gera economia de recursos financeiros, econômicos e ambientais.

Diante do exposto, observa-se que a alteração aqui delineada não implica em impactos ambientais adicionais que não tenham sido já previstos. As medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias necessárias a estes impactos já foram determinadas nos estudos ambientais do empreendimento. Da mesma forma, o diagnóstico socioambiental realizado quando da proposição da alternativa 6 (Ofício 02/2010/SECEX/MI; 1240-REL-2001-00-00-012-R1) também é válido para a presente situação.

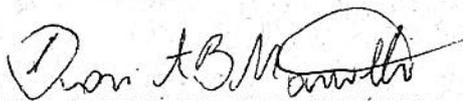
5. ANEXOS

Anexo I – Ata da 17ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Sistema de Gestão do PISF;

Anexo II - Comparação entre o traçado da alternativa 5A e o traçado original do projeto básico;

Anexo III - Comparação do traçado das alternativas 5A e 6.

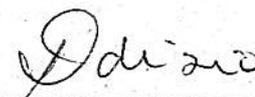
Submete-se a consideração superior.


DAVI TADEU BORGES MARWELL
Analista de Infraestrutura


MÔNICA BORGES GOMES ASSAD
Analista Técnico Administrativo

De acordo. Encaminhe-se ao IBAMA para análise.

Brasília, 08 de julho de 2013.


ELIANEIVA DE QUEIROZ VIANA ODÍSIO
Coordenadora Geral de Programas Ambientais

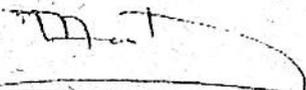
Ata da 17ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – CGSGB.

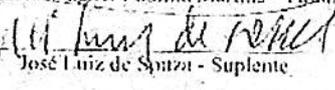
1 Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e onze, às quatorze horas e trinta
2 minutos, na Esplanada dos Ministérios, Bloco E, sexto andar, sala seiscientos e vinte do
3 Ministério da Integração Nacional em Brasília - Distrito Federal, o Conselho Gestor do
4 Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias
5 Hidrográficas do Nordeste Setentrional se reuniu com a presença dos Conselheiros:
6 Augusto Wagner Padilha Martins (MI/SIH) - Coordenador do Conselho, José Luiz de
7 Souza (MI/SIH) - Coordenador substituto, Guilherme Silva de Godói (MME/SIEF), Júlio
8 Thadeu Silva Kettelhut (MMA/SRIHU), José Cruz Filho (Casa Civil/PR), Elias Alves
9 Teixeira (Estado do Rio Grande do Norte / IGARN), César Augusto Pinheiro (Estado do
10 Ceará/Cogerh), Francisco José Coelho Teixeira (Estado do Ceará/ Cogerh), João
11 Azevedo Lins Filho (Estado da Paraíba /SERHMACI), e demais participantes conforme
12 lista de presença anexa. Constatada a existência de *quorum* regimental, o Coordenador
13 Augusto Wagner Padilha Martins iniciou a reunião e colocou em discussão a ata da
14 16ª reunião ordinária na qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida o Coordenador
15 informou que a licitação para estudo e diagnóstico das barragens do PISF estaria com
16 edital divulgado na primeira quinzena de outubro. Prosseguindo, Augusto Wagner
17 convidou a senhora Anne Marie Pessis do Instituto Nacional de Arqueologia,
18 Paleontologia e Ambiente do Semiárido - Inapas, responsável por fazer o
19 acompanhamento e a execução do Programa Básico ambiental (PBA) relativo ao PISF,
20 a partir de bases localizadas nos municípios de Salgueiro (PE), Brejo Santo (CE) e
21 Custódia (PE), além de Brasília, que visa cumprir as condicionantes da Licença de
22 Instalação. Anne Marie destacou todos os levantamentos arqueológicos que estão sendo
23 realizados na área de influência do PISF. Este acompanhamento é realizado desde o
24 início das obras e tem por característica encontrar e catalogar vestígios arqueológicos,
25 bem como sistematizar todas as informações como cumprimento do Programa Básico
26 Ambiental que visa a Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos. Dando
27 prosseguimento à reunião, o Coordenador passou a palavra ao senhor Igor Mota, do
28 Ministério da Integração Nacional que apresentou a alternativa do Traçado do Túnel
29 Monteiro, no lote 12 do Eixo Leste. O projeto consiste em uma alternativa para o traçado
30 do túnel com a modificação do local de deságue da Adutora Monteiro (Redução de
31 extensão e material empregado na Adutora) e otimização do traçado (Arranjos das
32 estruturas, variações no comprimento dos canais e do túnel). Igor Mota esclareceu que
33 foram estudadas diversas opções para essa alteração com a substituição da Adutora
34 PRFV por galeria de concreto armado, o que reduziria o custo da obra em 40 milhões em
35 relação ao proposto no Projeto Básico tendo sido a opção do Ministério da Integração
36 pela alternativa 6. Solicitada anuência, o IBAMA se manifestou favorável a esta
37 alternativa, pois concluiu que ela apresenta menor impacto ambiental. O conselheiro
38 Guilherme Silva de Godói esclareceu que esta alternativa escolhida não se mostra a
39 mais viável do ponto de vista econômico, pois os estudos realizados para subsidiar esta
40 decisão não são suficientes para estabelecer prospecções futuras para o custo da energia
41 consumida pela estação elevatória, sendo, portanto, inviável do ponto de vista de custo x
42 benefício. Além do mais, com esta alteração no projeto, poderá haver economia em um
43 primeiro momento, porém futuramente poderá acarretar em aumento dos custos de
44 operação e manutenção. O conselheiro Júlio Thadeu Silva Kettelhut se aliou às
45 palavras do conselheiro Guilherme de Godói e propôs que se repense esta decisão e que
46 se discuta o tema novamente junto ao IBAMA, pois não há condições de se avaliar a
47 alteração com as informações que foram apresentadas. O conselheiro Guilherme de
48 Godói ressaltou que não concorda com a posição de se fazer um termo aditivo para
49 contemplar esta alteração. O conselheiro Francisco José Coelho Teixeira destacou que

A

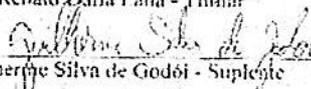
[Handwritten signatures and initials]

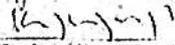
50 não está claro para os membros do conselho a justificativa plausível para se realizar esta
51 alteração no traçado tendo em vista que esta mudança acarretará consequências futuras
52 nos custos de operação, manutenção e energia elétrica. Além do mais, outras alternativas
53 poderiam ser viáveis do ponto de vista econômico-ambiental. O coordenador substituto
54 do conselho, José Luiz de Souza, informou que esta decisão já foi encaminhada junto ao
55 MI, porém este Conselho tem a função de coordenar a execução do Projeto, portanto o
56 posicionamento do Conselho Gestor referente a esta questão deverá ser levado em conta.
57 José Luiz propôs trazer novamente este assunto à pauta para uma abordagem mais
58 aprofundada do tema, proposição que contou com a concordância dos conselheiros. Em
59 seguida, o conselheiro João Azevedo Lins Filho solicitou que no site do Ministério da
60 Integração houvesse um *link* que direcionasse para uma página a ser criada para o
61 Conselho Gestor do PISF, e que todo material exposto nas reuniões fosse inserido no
62 mesmo. José Luiz de Souza informou que realizou reuniões com representantes dos
63 Estados de Pernambuco e Paraíba para levantar informações sobre projetos e obras
64 complementares ao PISF (implantados, em implementação e planejados). Este
65 diagnóstico é importante para se conhecer a extensão da estrutura do PISF e subsidiar a
66 parceria entre a União e os Estados receptores no contexto do Projeto. José Luiz
67 informou, ainda, que enviou aos conselheiros todo material referente à 2ª reunião técnica
68 sobre a delegação da operação e manutenção dos açudes interligados ao PISF e aguarda
69 contribuição de todos quanto a ajustes no documento. Francisco Viana, representante
70 convidado da Agência Nacional de Águas, lembrou a todos que ainda existe a
71 preocupação quanto aos instrumentos para gestão do Projeto, porém destaca que segundo
72 levantamentos recentes realizados, haverá uma demanda futura por água maior no
73 nordeste, o que reafirma que a obra do PISF será fundamental em seu objeto principal
74 que é a dessedentação humana e animal, o que reforça a ideia que a gestão merece
75 preocupação desde agora. Atendidos e cumpridos os pontos de pauta e não havendo mais
76 manifestações, o Coordenador-substituto agradeceu a presença de todos e encerrou a
77 reunião. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que aprovada, será
78 assinada pelos conselheiros presentes nesta data de 1º de dezembro de 2011.


Augusto Wagner Padilha Martins - Titular

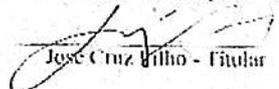

José Luiz de Souza - Suplente

Renato Dalla Lana - Titular


Guilherme Silva de Godói - Suplente

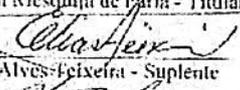

Julio Thadeu Silva Kettelhut - Titular

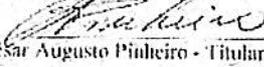
Francisco Carneiro B. Campello - Suplente


José Cruz Filho - Titular

Frico Leonardo Ribas Feltrin - Suplente

Robinson Mesquita de Laria - Titular

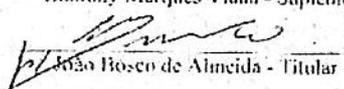

Elias Alves Teixeira - Suplente


César Augusto Pinheiro - Titular

Francisco José Coelho Teixeira - Suplente

João Azevedo Lins Filho - Titular

Guarany Marques Viana - Suplente


João Bosco de Almeida - Titular

José Almir Cirilo - Suplente